



ENCONTRO DOS
COORDENADORES DE GTs
E TITULARES DE OCITAs DA
4CCR



Grupo de Trabalho Bacias Hidrográficas

Guilherme Fernandes Ferreira Tavares
Procurador da República Coordenador

Composição do Grupo de Trabalho

- COORDENADOR

Guilherme Fernandes Ferreira Tavares - Procurador da República/MT (2º Ofício Ambiental)

- COORDENADOR SUBSTITUTO

Erico Gomes De Souza – PR/AL – Procurador da República (PRM-ARAPIRACA/PR-AL)

- MEMBROS EFETIVOS

João Pedro Becker Santos – PR/AP – Procurador da República (GABPR4-JPBS/GABPR/PR-AP)

Bruno Nominato De Oliveira – PR/MG – Procurador da República (GABPR20-BNO/GABPR/PR-MG)

Livia Nascimento Tinôco – PR/PE – Procuradora Regional da República (PRR5ª REGIÃO)

Gustavo Kenner Alcântara - PR/MG - Procurador da República (PRMG/PRM-UBERLANDIA/GABPRM5-GKA)

Paula Cristine Bellotti – PR/RJ – Procuradora da República (GABPRM1-PCB/GABPRM/PRM-N.FRIBURGO/PR-RJ)

Sergio De Almeida Cipriano – PR/GO – Procurador da República (PRM-ANAPOLIS/PR-GO)

Mario Lucio De Avelar – PR/GO – Procurador da República (GABPR15-MLA/GABPR/PR-GO)

Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves– PR/PE – Procuradora da República (GABPRM2-MBRG/PRM-CARUARU/PR-PE)

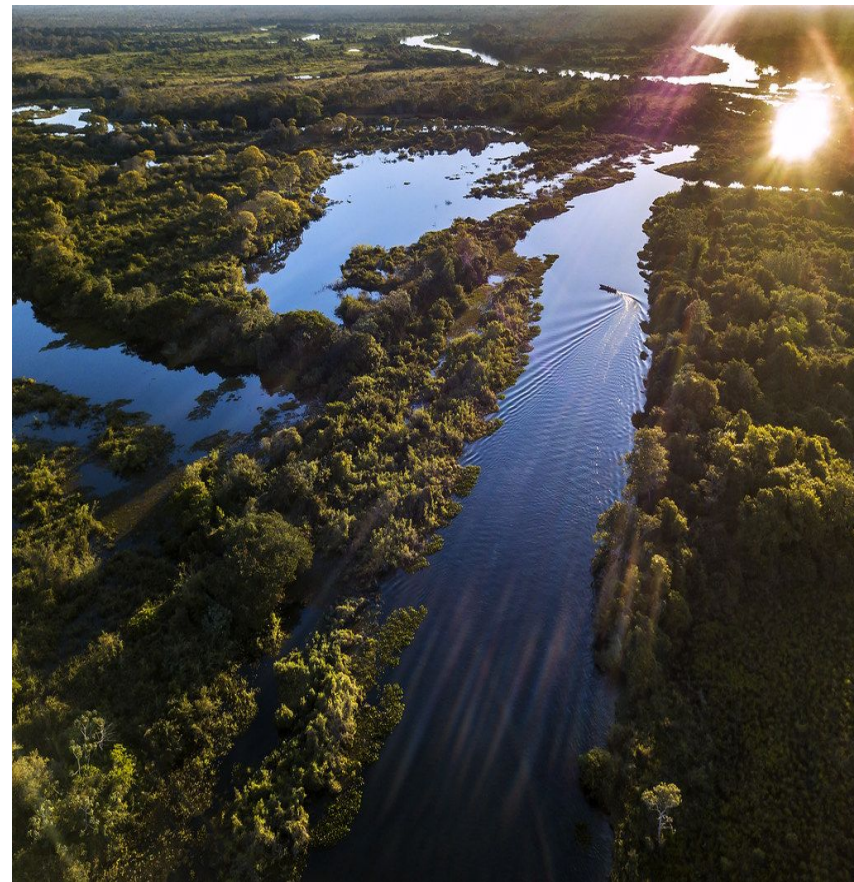
Histórico do GT Bacias Hidrográficas

Incorporação do GT Araguaia-Tocantins

Desafio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Transversalidade do tema na questão ambiental

Importância do diálogo com os demais colegiados da CCR.





Objetivos de GT

- I. Fomentar a atuação do MPF no fortalecimento dos **comitês de bacias hidrográficas**;
- II. Absorver as atividades do GT **corredor ecológico do Araguaia-Tocantins**;
- III. Atuar em parceria com o **Projeto Conexão Água** no âmbito de suas atribuições;
- IV. ODS 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- V. ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- VI. Tratar de outros temas correlatos à área de atuação do GT, com respaldo da 4ª Câmara.

Metas e etapas:

- 1 - Fomento à formação do corredor ecológico do Araguaia-Tocantins como estratégia piloto para a conservação da biodiversidade da bacia hidrográfica.
- 2 - Fortalecimento da Governança e Controle dos Comitês de Bacias Hidrográficas
- 3 - Promover estudo sobre a viabilidade de cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.
- 4 - Expansão do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) para outras bacias hidrográficas.



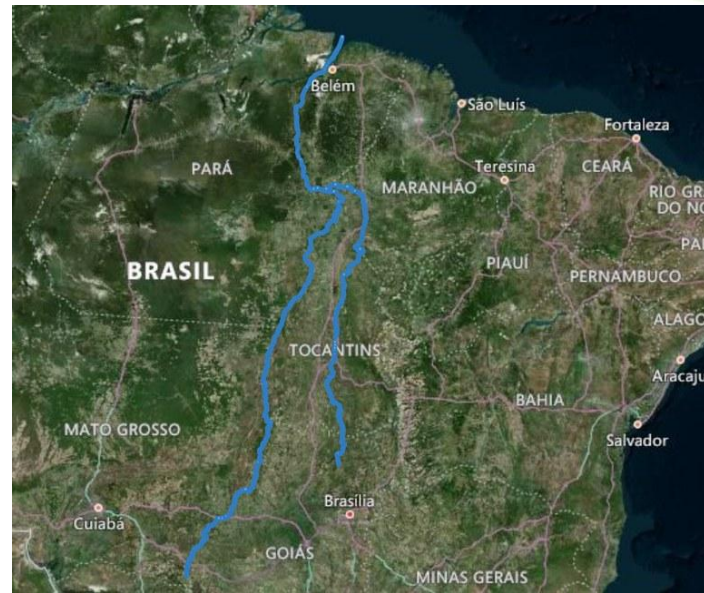
Fomento à formação do corredor ecológico do Araguaia-Tocantins como estratégia piloto para a conservação da biodiversidade da bacia hidrográfica.

Finalidade

- Concretizar um corredor ecológico por meio da indução de políticas públicas para promover a conservação da biodiversidade da bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins.

Metas

- Coordenar a atuação estratégica dos órgãos ambientais para conectar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com Unidades de Conservação (UCs) e Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- Acompanhar iniciativas legislativas relacionadas à formação do corredor.
- Definir prioridades na fiscalização ambiental em áreas críticas e promover ações coordenadas do Ministério Público Federal (MPF) contra infratores.



Fortalecimento da Governança e Controle dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Finalidade

- Assegurar que os Comitês de Bacias Hidrográficas atuem em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos, com acompanhamento próximo do MPF para garantir transparência, eficiência e sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos

Metas

- Coordenar a participação ativa e efetiva do MPF nos comitês das principais bacias, focando nas regiões de criticidade hídrica e promovendo a integração de diversos atores.
- Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e normas da Política Nacional de Recursos Hídricos, especialmente sobre a cobrança pelo uso da água e o direito de acesso a recursos hídricos de qualidade.
- Incentivar a capacitação e o aprimoramento técnico de representantes do MPF e dos comitês.

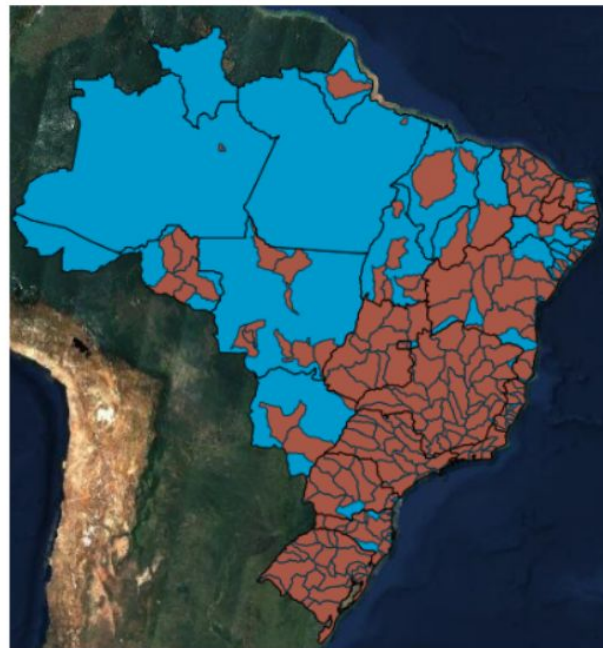


Figura 1: Distribuição dos CBH no país²

Promover estudo sobre a viabilidade de cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.

Finalidade

- Realizar um estudo abrangente sobre a cobrança dos recursos hídricos, tanto na perspectiva fática (quais bacias cobram e seus reflexos) quanto jurídica, para indicar eventual ação coordenada do MPF

Metas

- Identificar o marco regulatório e legal vigente.
- Realizar um diagnóstico da situação das bacias hidrográficas.
- Estudar a viabilidade econômica e financeira.
- Propor critérios e mecanismos de cobrança.
- Estudar a aceitação social e política.
- Propor soluções de governança.
- Desenvolver um relatório final e plano de implementação.



Expansão do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) para outras bacias hidrográficas.

Finalidade

- Expandir a atuação do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) para outras bacias hidrográficas no Brasil, promovendo proteção ambiental integrada, revitalização de ecossistemas degradados e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Metas:

- Ampliar a integração entre órgãos executores da FPI para maior eficiência nas fiscalizações e cumprimento de competências.
- Promover a integração entre órgãos e entidades locais (ambientais, MP, universidades, ONGs, comunidades) nas novas áreas de atuação.
- Fomentar ações educativas e preventivas para conscientização e redução de irregularidades.
- Fortalecer a atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público para responsabilização de infratores e indução de políticas públicas.



Procedimentos em andamento:

- 1.20.004.000323/2024-09 – Coordenação do GT
- 1.20.004.000091/2025-61 – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (esgoto)
- 1.20.004.000182/2025-05 – Segurança de Barragens (Revisão da Res. CNRH nº 144/2012)
- 1.20.004.000180/2025-16 – Atuação do MPF no CNRH
- 1.20.004.000191/2025-98 – Qualidade da Água – Contaminação do Rio Paraná
- 1.20.004.000199/2025-54 – Bacia do Rio Paraguai – Res. CNRH 196/2018
- 1.20.004.000200/2025-41 – Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia - Res. CNRH 101/2009
- 1.20.004.000201/2025-95 – Implementação dos Comitês de Bacia
- 1.20.004.000202/2025-30 – Acompanhamento do PL 2842/2024 (PL das Águas)
- 1.20.004.000204/2025-29 – Acordo de Cooperação com Universidade de Wisconsin

Ações em Andamentos

Procedimento	Tema	Ação
1.20.004.000091/2025-61	Bacia do São Francisco	Reunião 04/08 com o Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Encaminhamento para solicitação de informações à ANA.
1.20.004.000182/2025-05	Segurança de barragens	Articulação com o Coordenador do Grupo de Trabalho Barragens visando à elaboração de um plano de trabalho de atuação conjunta.
1.20.004.000180/2025-16	MPF no CNRH	Acompanhamento das reuniões o CNRH, última participação em 05/08/2025.
1.20.004.000191/2025-98	Qualidade da água – Rio Paraná	Levantamento de procedimentos em curso sobre a contaminação hídrica na Bacia do Rio Paraná.
1.20.004.000199/2025-54	Bacia do Paraguai	Elaboração de plano de trabalho para viabilizar implantação do Comitê a Bacia do R. Paraguai.
1.20.004.000200/2025-41	Tocantins-Araguaia	Definição de estratégia de atuação nacional
1.20.004.000201/2025-95	Comitês de Bacia	Diagnóstico dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil.
1.20.004.000202/2025-30	PL das Águas	Foi elaborada Nota Técnica e encaminhada à 4ª CCR
1.20.004.000204/2025-29	Cooperação Internacional	Aguarda assinatura do acordo de cooperação técnica (procedimento 1.00.000.001043/2025-13)

Produtos Entregues

- Matriz de Atuação Nacional do MPF nas bacias hidrográficas;
- Minuta de Acordo de Cooperação com Universidade de Wisconsin;
- Nota Técnica com análise jurídica do PL 2842/2024 (PL das Águas);
- Carta do Pantanal – Diretrizes para proteção das águas do bioma;
- Seminário Nacional sobre o Pantanal – Realizado em Campo Grande/MS;
- Participação conquistada no CNRH – MPF inserido em comissões temáticas, fortalecendo sua atuação institucional.



Ação Coordenada sobre os Comitês de Bacia

Realização de diagnóstico acerca dos Comitês de Bacias Hidrográficas existentes no Brasil, por meio de levantamento feito pela SPPEA:

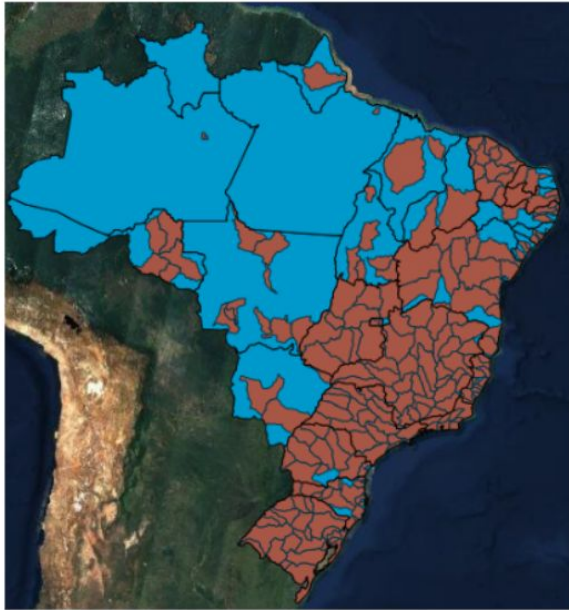


Figura 1: Distribuição dos CBH no país²

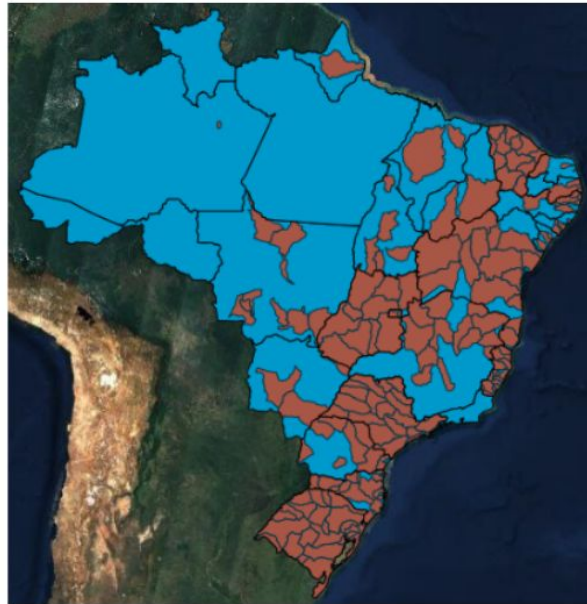


Figura 2: CBHs com contrato de adesão³

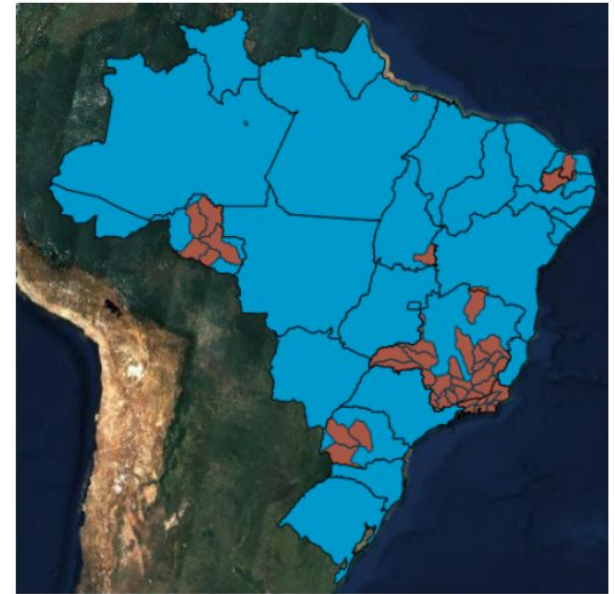


Figura 3: CBHs sem contrato de adesão

Carta do Pantanal

Por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, por meio da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com o apoio e **atuação conjunta dos Grupos de Trabalho Biomas e Bacias Hidrográficas**, divulgou carta como resultado institucional do seminário “Pantanal – Patrimônio, Desafios e Perspectivas”, realizado nos dias 4 e 5 de junho de 2025 na cidade de Campo Grande/MS.



**Pantanal:
Patrimônio, Desafios e Perspectivas**





MPF
Ministério Público Federal